

Ensino de português e educação de qualidade nos países africanos de língua portuguesa

Teaching Portuguese language and quality education in the Portuguese speaking African countries

Paulo Feytor Pinto
Universidade de Coímbra, Portugal
CELGA-ILTEC

e-mail: feytorpinto@uc.pt

Recibido: 09/12/2020
Aceptado: 09/02/2021

RESUMO

O foco deste texto é a política lingüística da cooperação portuguesa, quer a sua política bilateral com cada um dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), quer a política multilateral no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O ponto de partida deste “caminho de maior conhecimento das línguas africanas” dos cinco países é o objetivo de desenvolvimento sustentável número quatro: uma educação de qualidade. Embora 70% dos cidadãos dos PALOP falem cerca de 30 línguas africanas, todo o ensino regular é exclusivamente em português. As autoridades portuguesas apoiam empenhadamente a assimilação generalizada do português, mas no discurso oficial afirmam-se a favor da equidade e da inclusão, resultando numa grande ambigüidade entre uma prática de matizes (neo)coloniais e um discurso alinhado com os princípios consagrados pela comunidade internacional.

Palavras-chave: política linguística, educação, cooperação, desenvolvimento

RESUMEN

El foco de este texto es la política lingüística de la cooperación portuguesa, tanto su política bilateral con cada uno de los países africanos de habla portuguesa (PALOP), como la política multilateral en el ámbito de la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP). El punto de partida de este “camino de mayor conocimiento de las lenguas” africanas de los cinco países es el objetivo de desarrollo sostenible número cuatro: educación de calidad. Aunque el 70% de los ciudadanos de los PALOP hablan alrededor de 30 idiomas africanos, toda la educación regular es exclusivamente en portugués. Las autoridades portuguesas apoyan firmemente la asimilación generalizada del portugués, pero en el discurso oficial se afirman a favor de la equidad y la inclusión, lo que genera una gran ambigüedad entre una práctica de matices (neo) coloniales y un discurso alineado con los principios consagrados por la comunidad internacional.

Palabras clave: política lingüística, educación, cooperación, desarrollo

ABSTRACT

The focus of this text is the linguistic policy of Portuguese cooperation, both its bilateral policy with each of the Portuguese speaking African countries (PALOP), and the multilateral policy within the context of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). The starting point of this “path of greater knowledge of African languages” of the five countries is the sustainable development objective number four: quality education. Although 70% of PALOP citizens speak about 30 African languages, all regular education is exclusively in Portuguese. The Portuguese authorities strongly support the widespread assimilation of Portuguese, but in the official speech they assert in favour of equity and inclusion, resulting in a great ambiguity between a practice of (neo) colonial hues and a speech aligned with the principles recognised by the international community.

Keywords: language planning, education, cooperation, development.

Este artigo trata da política linguística em países africanos onde o português é a única língua oficial e de ensino. A tónica incidirá na atual política linguística externa da cooperação portuguesa, quer na sua política bilateral com cada um dos cinco países, quer na política multilateral no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Propõe-se assim um périplo pelo “*ñe’ënguéra kuaave rapére*” africanas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, as suas utilizações na comunidade e, em particular, nas escolas.

O ponto de partida é uma abordagem linguística ou de política linguística do objetivo de desenvolvimento sustentável número 4, educação de qualidade, que começa dizendo que "Até 2030, [devemos] garantir que todas as meninas e meninos concluam a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes." (ONU, 2015). Destaco aqui um ensino equitativo, de qualidade e com resultados efetivos. Qual será então a política linguística que pode melhor garantir um ensino equitativo e de qualidade com resultados eficazes?

É reconhecido pela comunidade internacional desde 1953 que uma educação de qualidade é uma educação na língua falada em casa e que os alunos já dominam antes de chegar à escola. Naquele ano distante, a UNESCO reconheceu a vantagem ou contributo da língua materna para uma educação de qualidade (UNESCO, 1953), que atualmente poderemos desdobrar em três fatores fundamentais. Primeiro, porque a língua materna é uma ferramenta cognitiva disponível para todos os alunos que permite uma aprendizagem eficaz. Em segundo lugar, há uma dimensão de equidade social ao oferecer a cada aluno a possibilidade de usar essa ferramenta. Por fim, o ensino na língua materna favorece a manutenção do multilinguismo e, portanto, da diversidade linguística na comunidade.

Dois factos, um relativo à história da Europa e outro relativo ao desenvolvimento humano do mundo contemporâneo, parecem corroborar o contributo importante das línguas maternas para uma educação de qualidade promotora do desenvolvimento das sociedades. Com efeito, foi há muito estabelecida uma relação entre o desenvolvimento económico dos países protestantes do norte da Europa e a adoção precoce das línguas maternas como língua de escolarização de modo a garantir a leitura da Bíblia, por oposição aos países católicos do sul, com um desenvolvimento mais lento e tardio, onde o latim se manteve durante muitíssimas décadas como língua de escolarização e de acesso aos textos religiosos e científicos (Houston, 2002; Landes, 1996). Enquanto nos Países Baixos, o neerlandês passou a ser a língua da escola nos primeiros anos do século XVII, em Portugal, a alfabetização em português foi introduzida, pelo Marquês de Pombal, só em 1759 (Leitão, 2008). Atualmente, os Países Baixos são o 10º país do mundo com mais elevado índice de desenvolvimento humano (IDH), enquanto Portugal é o 40º (PNUD, 2019).

É evidente, porém, que é difícil estabelecer uma relação direta causa-efeito entre língua da escola e desenvolvimento uma vez que muitos outros fatores, nomeadamente culturais, políticos, económicos e geográficos, podem ser igualmente relevantes. Mesmo assim, constata-se que todos os países com IDH muito elevado são países em que a generalidade das crianças usa na escola a mesma língua que usa em casa (PNUD, 2019). Trata-se de países enormes, grandes, médios, pequenos e exíguos, de países insulares e continentais, monolíngues, bilingues e multilingues, católicos, protestantes, ortodoxos, budistas, muçulmanos, judaicos e ateus, ex-colonizadores, ex-colonizados e nem uma coisa nem outra, repúblicas e monarquias, democracias liberais, iliberais e ditaduras.

Tendo presente a importância das línguas maternas para uma educação de qualidade, começemos, então, “o caminho de um maior conhecimento das línguas” dos PALOP, da sua diversidade e dos seus usos na comunidade e na escola. As línguas de cada país são apresentadas por ordem de importância demográfica, sabendo que a identificação das línguas

e dos seus falantes é uma tarefa problemática. A designação de cada idioma é aqui registada no próprio idioma (Figura 1).

Figura 1. Línguas dos PALOP

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	STP
L1 dominante	Umbundu	Kabuverdianu	Balanta	Emakhuwa	Português
L2 dominante	Português	Português	Guinensi	Português	Português
Português L1+L2	71%	75%	10%	47%	98%
Outras Línguas	Kimbundu Kikongo Cokwe Nyaneka Ngangela Kwanyama ...	-	Pullar Mandjak Português Mandinka Papel Bidyogo ...	Xichangana Cisena Cindau Cinyanja Cinyungwe Ciyao ...	Santomé Kabuverdianu Lung'ie Ngola

(Cardoso, 2018; Chimbutane, 2018; Hagemeyer, Gonçalves & Afonso, 2018; Ichinose, 2018; INE, 2019; Inverno, 2018)

O único dos cinco PALOP onde o português é a língua materna maioritária é São Tomé e Príncipe. Além do português, são faladas outras quatro línguas, todas crioulas. O santomé, o kabuverdianu e o lung'ie de base lexical portuguesa, e ainda um crioulo de base lexical bantu, de línguas angolanas, o ngolá (Hagemeyer, Gonçalves & Afonso, 2018).

Em Angola e em Moçambique, o português é a principal língua veicular e a única falada em todas as regiões dos dois países. Em Angola, as línguas regionais mais importantes são o umbundu, do centro do país, e o kimbundu, da região de Luanda, a capital (Inverno, 2018). Também em Moçambique existem muitas línguas bantu regionais. Os mais importantes do ponto de vista demográfico são o emakhuwa, a norte, e o xichangana, a sul (Chimbutane, 2018).

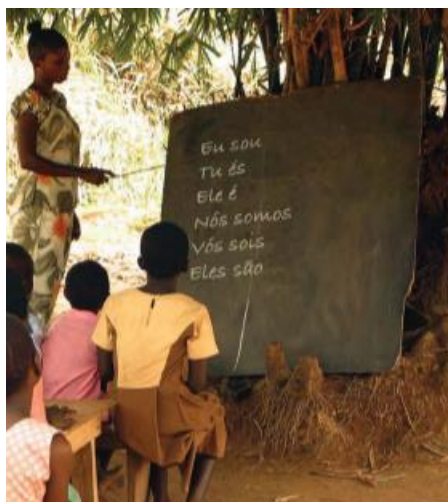
Tanto em Cabo Verde como na Guiné-Bissau, a língua veicular dominante não é o português. Cabo Verde é um arquipélago bilingue onde 100% da população tem o kabuverdianu como língua materna (Cardoso, 2018). A Guiné-Bissau, embora seja um país muito pequeno, é um país com uma enorme diversidade linguística. A única língua falada em todo o país é o guinensi, outro crioulo de origem portuguesa, que é a língua com maior número de falantes. Mas a língua regional mais importante é o balanta. Na Guiné existem duas línguas com tradição escrita com o alfabeto árabe, o pullar e o mandinka (Ichinose, 2018).

A Guiné Equatorial, embora seja membro da CPLP desde 2014, não é considerada neste estudo porque o português é uma língua ausente, ou seja, ninguém fala português e não há ensino de/em português, embora seja a terceira língua oficial da Guiné Equatorial. Além disso, cerca de 0,2% da população do país tem como língua materna um crioulo de base lexical portuguesa, o fá d'ambô, falado da remota ilha de Ano Bom, descoberta por portugueses no primeiro dia de 1471 e cedida a Espanha em 1777 (Morello, 2014).

No conjunto dos cinco PALOP onde o português é usado, são faladas pelo menos 30 línguas africanas por mais ou menos 45 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 70% da população. Em cada um destes países, o português, sendo a única língua oficial, tem funções diferentes e interage com diferentes línguas, mas, em todas eles, a língua de escolarização do ensino regular é o português. Em Cabo Verde, houve uma experiência de ensino bilingue, na ilha de Santiago, a maior e mais populosa do país, na última década (Cardoso, 2018). Na Guiné-Bissau existe um projeto bilingue, português-guinensi, no arquipélago dos Bijagós, desde 2001 (Scantamburlo & Pinto: no prelo). Também desde o início deste século, tem-se vindo a expandir em Moçambique um programa nacional de ensino bilingue, nas zonas rurais de todas as províncias do país, que abrange atualmente 19 línguas bantu (Ngunga, 2020).

Vejam os agora, com base num texto multimodal, visual e verbal, editado pelas autoridades portuguesas, qual é a representação dominante em Portugal daquilo que é uma educação de qualidade que promove o desenvolvimento humano nos países amigos com os quais coopera. O texto multimodal é uma fotografia com sobreposição de um texto verbal descontinuo digitalizado (Figura 2).

Figura 2. Representação portuguesa da educação nos PALOP



Camões ICL (2015: p. 12)

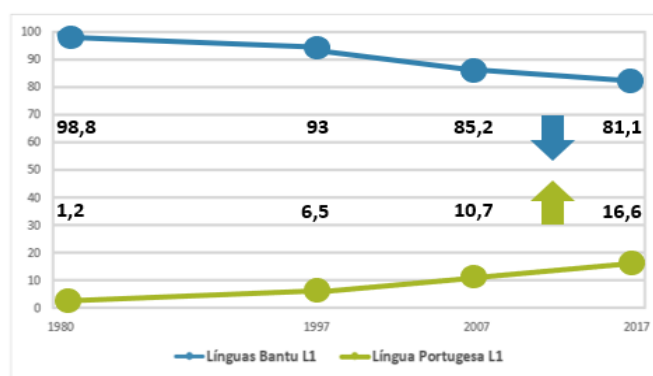
Este texto foi retirado de um relatório de atividades do Camões, o Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, 2015), mas é paradigmático da atitude portuguesa dominante sobre o assunto (Pinto: no prelo). O texto apresenta uma aula numa área rural de África onde, portanto, a língua da comunidade será uma língua africana. Pela idade das crianças, parece ser uma aula de alfabetização. A língua ensinada é o português, numa aula de gramática, da parte mais tradicional da gramática, a morfossintaxe, neste caso a conjugação do presente do indicativo do verbo ser. Trata-se da conjugação tradicional do verbo, já que atualmente a segunda pessoa do plural apresentada, “vós sois”, quase ninguém o usa. É uma forma verbal arcaica que apenas persiste em algumas zonas rurais de Portugal. Mas é uma forma que persiste também nas gramáticas portuguesas e nos livros didáticos de ensino do português como língua materna, mas não nos de português língua segunda, adicional ou estrangeira. A metodologia também parece tão tradicional quanto possível: a professora apresenta o paradigma verbal, que os alunos irão repetir oralmente para posterior memorização e talvez reprodução nas provas de avaliação.

Em síntese, para os portugueses, quer para o cidadão comum, quer na regulamentação legal, um ensino de qualidade nos países africanos de língua oficial portuguesa é um ensino apenas em português e, além disso, em português de Portugal tal como é ministrado a alunos portugueses. Esta atitude, semelhante à da época colonial que terminou nos anos 70 do século passado, mantém-se em Portugal, como nos PALOP, mesmo face aos níveis elevadíssimos de repetência e de abandono escolar (Pinto: no prelo). A política de exclusividade do português no ensino básico regular, adotada pelos cinco países africanos e apoiada por Portugal e pelo Brasil, além de contribuir para o insucesso escolar, também contribui para a substituição das línguas africanas pelo português.

Observemos os efeitos da educação apenas em português no caso de Moçambique, o PALOP que dispõe de dados estatísticos sobre competências linguísticas da população mais fiáveis e há mais tempo e também o único que tem um programa oficial de educação bilingue em todo o país. Como vimos antes, Moçambique é um país bantófono onde são faladas muitas

línguas africanas diferentes. O português é a língua franca nacional falada por mais ou menos metade da população, mais falada com L2 do que L1, mais nas cidades do que no campo, mais no litoral do que no interior e mais no sul, onde fica a capital, Maputo, do que no norte (INE, 2019). Vejamos então o efeito da substituição ou assimilação linguística em Moçambique ao longo das últimas quatro décadas (Figura 3).

Figura 3. Moçambique: falantes L1



(Chimbutane, 2018; INE, 2019)

Entre 1980 e 2017, o número de falantes nativos de português aumentou de 1,2% para 16,6%, ou seja, cerca de 14 vezes mais falantes nativos. Paralelamente, o número de falantes das línguas bantu como língua materna caiu de 98,8% para 81,1%. Isso significa que o português não cresce como L2, mas como língua materna em detrimento de uma língua africana. Ou como diz o escritor angolano José Eduardo Agualusa, falando do seu país, o “problema é que a expansão do português se fez à custa de outras línguas” (Agualusa, 2019). E disse-o num jornal português, no 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidade Portuguesas.

No entanto, vislumbram-se sinais de mudança. No contexto da CPLP e através do seu Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), os nove Estados membros parecem tentar adotar uma perspetiva diferente. Assim, aprovaram, na última década, três planos de ação conjunta para a língua portuguesa: o de Brasília, o PAB de 2010, o de Lisboa, o PALis de 2013, e o de Díli, o PADili de 2016.

No primeiro (CPLP, 2010), são referidos os “contextos de aprendizagem multilingues” nos países da CPLP e a necessidade de “compartilhar experiências já existentes em educação bilingue”. No segundo (CPLP, 2013), reconhece-se que “as línguas nacionais (...) são língua materna de parte da população, que ou não fala português ou o usa apenas como língua veicular”, num contexto de “diversidade linguística no seio da CPLP” em que se devem “incentivar práticas de multilinguismo”. Por fim, o terceiro plano de ação (CPLP, 2016), refere a importância do “ensino bilingue para o desenvolvimento de competências linguísticas” e que o português deve ser ensinado como “língua materna, língua segunda, língua de herança e língua estrangeira” de acordo com os diversos contextos linguísticos. Trata-se, porém, apenas de intenções acordadas multilateralmente e não de leis internas de cada um dos nove países. Note-se ainda que, no documento coordenado pelas autoridades portuguesas, o PALis, não há qualquer referência ao ensino bilingue.

Para terminar, recuperemos então as principais características da política linguística da cooperação portuguesa nos cinco países africanos onde o português é a única língua oficial e de ensino e que foram colónias portuguesas até aos anos 1970. Assim, a efetiva contribuição portuguesa para uma educação de qualidade em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Moçambique e São Tomé e Príncipe, implementada no âmbito da cooperação bilateral, é o apoio exclusivo ao ensino da língua portuguesa. Desta forma, a imensa diversidade linguística dos alunos é tratada de forma igualitária – o mesmo para todos - tendo em vista a assimilação linguística e, em última análise, o desaparecimento do multilinguismo. Tudo como nos tempos coloniais! No entanto, igualdade e assimilação nunca são referidas na legislação portuguesa. Em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável são utilizadas, mas de forma errónea, equidade e inclusão. Já no caso da política multilateral no âmbito da CPLP, Portugal afirma apoiar uma educação bilingue que garanta a igualdade de acesso ao conhecimento, a inclusão e, portanto, também o multilinguismo dos países e o plurilinguismo dos seus cidadãos.

Existe, portanto, uma clara ambiguidade na política de língua da cooperação portuguesa, ambiguidade que parece ser partilhada por todos os países africanos da CPLP. Ambiguidade entre uma prática bilateral de tons coloniais e um discurso multilateral de acordo com os princípios consagrados pela comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

- Agualusa, José Eduardo (2019). Por uma irmandade da língua. In *Expresso online 10-06-2019*. Lisboa: Impresa.
- Camões ICL (2015). *Relatório de Atividades 2014 – Síntese*. Lisboa: CICL.
- Cardoso, Ana Josefa (2018). A situação linguística de Cabo Verde: em português e na *Kabuverdianu*. In Pinto, Paulo Feytor & Melo-Pfeifer, Sílvia (eds). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel. pp. 126-147
- Chimbutane, Feliciano (2018). Políticas e práticas linguísticas e formação do Estado moçambicano: da unidade na uniformidade à unidade na diversidade. In Pinto, Paulo Feytor & Melo-Pfeifer, Sílvia (eds). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel. pp. 106-123
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2010). *Plano de Ação de Brasília para a promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Brasília: CPLP.
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (2013). *Plano de Ação de Lisboa*. Lisboa: CPLP.
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (2016). *Plano de Ação de Díli*. Díli: CPLP.
- Conceição, Pedro (dir) (2019). *Human Development Report 2019*. New York: United Nations Development Programme. [PNUD, 2019]
- General Assembly (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations. [ONU, 2015]
- Hagemeyer, Tjerk, Gonçalves, Rita & Afonso, Beatriz (2018). Línguas e políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe. In Pinto, Paulo Feytor & Melo-Pfeifer, Sílvia (eds). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel. pp. 54-79
- Houston, Robert A. (2002). *Literacy in Early Modern Europe. Culture and Education 1500-1800*. Harlow: Longman-Pearson.
- Ichinose, Atsushi (2018). Angústias e esperanças espelhadas num pequeno país africano – questões linguísticas da Guiné-Bissau. In Pinto, Paulo Feytor & Melo-Pfeifer, Sílvia (eds). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel. pp. . 148-168
- INE (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Inverno, Liliana (2018). Contacto linguístico em Angola - Retrospectiva e perspectivas para uma política linguística. In Pinto, Paulo Feytor & Melo-Pfeifer, Sílvia (eds). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel. pp. 82-105
- Landes, David S. (1998). *A Riqueza e a Pobreza das Nações. Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Leitão, Henrique (coord) (2008). *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Morello, Rosângela (org.) (2014). *Fá d'ambô: Herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis SC: Editora Garapuvu.
- Ngunga, Armindo (2020). *Estratégia de Expansão do Ensino Bilingue 2020-2029*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
- Pinto, Paulo Feytor (no prelo). A língua e a cultura do Outro no discurso oficial português sobre educação e formação nos países africanos de língua oficial portuguesa. In Sá, Helena Araújo & Maciel, Carla (orgs). *Interculturalidade e plurilinguismo nos discursos e práticas de educação e formação em contextos pós-coloniais: o caso do português*. Berna: Peter Lang.
- Scantamburlo, Luigi & Pinto, Paulo Feytor (no prelo). O Ensino Bilingue na Guiné-Bissau. In *Palavras 56-57*. Lisboa: Associação de Professores de Português.

UNESCO (1953). *The Use of Vernacular Languages in Education*. Paris: UNESCO.